

## Projeto de Lei nº 1657, de 2023

Iniciativa: Senador Jorge Seif (PL/SC)

## Ementa:

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer que pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de enfrentamento da violência contra crianças, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para autorizar que recursos de multas sejam utilizados para contratar policiais civis aposentados e policiais militares da reserva realizar ações de segurança pública no ambiente escolar.

Assunto: Jurídico - Direito de Trânsito

Data de Leitura: -

## Em tramitação

Decisão: -

Último local: 10/05/2024 - Comissão de Assuntos Econômicos

Destino: -

Último estado: 26/11/2024 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Relatoria atual: Relator: Senador Jaime Bagattoli

## Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 641 de 2023

Requerimento nº 204 de 2024

## Despacho:

13/04/2023

Decisão da Presidência

Tramitação Conjunta

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CSP) Comissão de Segurança Pública

(SF-CE) Comissão de Educação e Cultura

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

09/05/2024

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(SF-CSP) Comissão de Segurança Pública

## Relatoria:

CAE - (Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator(es):

Senador Jaime Bagattoli

CSP - (Comissão de Segurança Pública)

Relator(es):

Senador Flávio Bolsonaro (encerrado em 09/05/2024 - Audiência de outra Comissão)

## TRAMITAÇÃO

**26/11/2024** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

**Situação:** PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

**Ação:** Em reunião realizada em 26/11/2024, a matéria foi retirada de pauta.

**26/11/2024** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

**Situação:** AGUARDANDO AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Ação:** Em reunião realizada nesta data, foi aprovado o requerimento nº 174/2024-CAE, de iniciativa do senador Rogério Carvalho, o qual requer a realização de audiência pública com a finalidade de instruir o PL 1657/2023. A apreciação da matéria fica sobrestada.

**21/11/2024** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

**Situação:** INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

**Ação:** Matéria constante da Pauta da 64ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, agendada para o dia 26/11/2024.

**12/11/2024** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

**Situação:** PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

**Ação:** Em reunião realizada em 12/11/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

**06/11/2024** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

**Situação:** INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

**Ação:** Matéria constante da Pauta da 63ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, agendada para o dia 12/11/2024.

**17/09/2024** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

**Situação:** PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

**Ação:** O relator, senador Jaime Bagattoli, apresentou relatório favorável ao projeto com duas emendas de sua autoria.

**06/06/2024** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA

**Ação:** Distribuído ao Senador Jaime Bagattoli, para emitir relatório.

**10/05/2024** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

**Ação:** Matéria aguardando distribuição.

**09/05/2024** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Situação:** MATÉRIA DESPACHADA

**Ação:** Na Sessão deliberativa Ordinária de 8 de maio de 2024, foram aprovados os requerimentos nºs 641, 837 e 977, de 2023.

## TRAMITAÇÃO

O presente projeto retoma sua tramitação autônoma e vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em seguida, à Comissão de Segurança Pública, em decisão terminativa.

*Publicado no DSF Páginas 27 - DSF nº 65*

**06/05/2024** CSP - Comissão de Segurança Pública

**Ação:** À SLSF, em atendimento ao Ofício nº 70/2024 - SGM, que solicita a remessa dos Projetos de Lei nºs 1657/2023, 1676/2023, 1678/2023 e 1795/2023 à Secretaria-Geral da Mesa, para deliberação de requerimentos que solicitam o desamparamento das matérias.

**25/05/2023** CSP - Comissão de Segurança Pública

**Ação:** Distribuído ao Senador Flávio Bolsonaro, para emitir relatório.

**25/04/2023** CSP - Comissão de Segurança Pública

**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

**Ação:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.

**13/04/2023** CSP - Comissão de Segurança Pública

**Ação:** Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 17/04/2023 a 24/04/2023. Perante a CSP.

**13/04/2023** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Situação:** AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

**Ação:** A Presidência determina a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1657, 1676, 1678 e 1795, todos de 2023, por tratarem de tema correlato, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno. As matérias vão ao exame da CSP, seguindo posteriormente à CE e, em decisão terminativa, à CCJ, cabendo apresentação de emendas perante a primeira Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

*Publicado no DSF Páginas 57 - DSF nº 54*

**05/04/2023** PLEN - Plenário do Senado Federal

**Situação:** AGUARDANDO DESPACHO

**Ação:** Autuado o Projeto de Lei nº 1657/2023. O projeto vai à publicação.

*Publicado no DSF Páginas 30-33 - DSF nº 50*

## DOCUMENTOS

## PL 1657/2023

**Data:** 05/04/2023

**Autor:** Senador Jorge Seif (PL/SC)

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Ação Legislativa:** Autuado o Projeto de Lei nº 1657/2023. O projeto vai à publicação.

**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer que pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de enfrentamento da violência contra crianças, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para autorizar que recursos de multas sejam utilizados para contratar policiais civis aposentados e policiais militares da reserva realizar ações de segurança pública no ambiente escolar.

## Avulso inicial da matéria

**Data:** 05/04/2023

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Plenário do Senado Federal

**Descrição/Ementa:** -

## Ofício

**Data:** 06/05/2024

**Autor:** Secretaria Geral da Mesa

**Local:** Comissão de Segurança Pública

**Ação Legislativa:** À SLSF, em atendimento ao Ofício nº 70/2024 - SGM, que solicita a remessa dos Projetos de Lei nºs 1657/2023, 1676/2023, 1678/2023 e 1795/2023 à Secretaria-Geral da Mesa, para deliberação de requerimentos que solicitam o desamparamento das matérias.

**Descrição/Ementa:** Ofício nº 70/2024 - SGM

## Relatório Legislativo

**Data:** 17/09/2024

**Autor:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

**Local:** Comissão de Assuntos Econômicos

**Ação Legislativa:** O relator, senador Jaime Bagattoli, apresentou relatório favorável ao projeto com duas emendas de sua autoria.

**Descrição/Ementa:** Estabelecer que pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de enfrentamento da violência contra crianças

## REQ 174/2024 - CAE

**Data:** 26/11/2024

**Autor:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

**Local:** Comissão de Assuntos Econômicos

**Ação Legislativa:** Em reunião realizada nesta data, foi aprovado o requerimento nº 174/2024-CAE, de iniciativa do senador Rogério Carvalho, o qual requer a realização de audiência pública com a finalidade de instruir o PL 1657/2023. A apreciação da matéria fica sobrestada.

**Descrição/Ementa:** Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PL 1657/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer que pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de enfrentamento da violência contra crianças, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para autorizar que recursos de multas sejam utilizados para contratar policiais civis aposentados e policiais militares da reserva realizar ações de segurança pública no ambiente escolar"